



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SEGUNDA CÂMARA**

**Processo nº** 13893.000712/2003-14  
**Recurso nº** 137.398 Voluntário  
**Matéria** SIMPLES - EXCLUSÃO  
**Acórdão nº** 302-39.754  
**Sessão de** 14 de agosto de 2008  
**Recorrente** NIVALDO ARAÚJO DA SILVA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES  
**Recorrida** DRF-CAMPINAS/SP

**ASSUNTO: SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS  
E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE  
PEQUENO PORTO - SIMPLES**

ANO-CALENDÁRIO: 2000

PENDÊNCIAS DA EMPRESA E/OU SÓCIOS JUNTO A PGFN. FALTA DE INDICAÇÃO DE REQUISITOS ESSENCIAIS NO ATO DE EXCLUSÃO. NULIDADE.

É nulo o processo de exclusão do Simples lastreado em ato declaratório que não indique as pendências da empresa e/ou sócios junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, limitando-se a consignar a existência de pendências junto a esse órgão da administração.

PROCESSO ANULADO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros da segunda câmara do terceiro conselho de contribuintes, por unanimidade de votos, anular o processo *ab initio*, nos termos do voto da relatora.

JUDITH DO AMARAL MARCONDES ARMANDO - Presidente

MÉRCIA HELENA TRAJANO D'AMORIM - Relatora

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: Corintho Oliveira Machado, Luciano Lopes de Almeida Moraes, Marcelo Ribeiro Nogueira, Beatriz Veríssimo de Sena, Ricardo Paulo Rosa e Rosa Maria de Jesus da Silva Costa de Castro. Ausente a Procuradora da Fazenda Nacional Maria Cecília Barbosa.

## Relatório

A empresa acima identificada recorre a este Conselho de Contribuintes, de decisão proferida pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Campinas/SP.

Por bem descrever os fatos, adoto integralmente o relatório componente da decisão recorrida, à fl. 84, que transcrevo, a seguir:

*"Trata o processo de pedido de reinclusão no Simples a partir de 01/11/2000, tendo em vista ter sido o contribuinte excluído da sistemática, por meio do Ato Declaratório 356.649 de 2000 (fl.28), em razão de existência de débitos junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional."*

*A Delegacia da Receita Federal em Guarulhos indeferiu a solicitação do contribuinte fundamentando que a solicitação de revisão da exclusão foi formalizada fora do prazo legal, e que as causas que motivaram a exclusão ainda eram consistentes (fls. 31-35).*

*Cientificado do indeferimento do seu pleito em 01/03/2004 (fl. 36), o contribuinte apresentou manifestação de inconformidade em 18/03/2004 (fls. 38/79), reconhecendo a intempestividade de sua SRS, e alegando, em síntese, que parcelou os débitos inscritos em Dívida Ativa e, com o término das parcelas, efetuou solicitação à SRF para não ser excluído do Simples; tem dificuldades para manter seu negócio, e a exclusão do Simples lhe trará prejuízos e acarretará o fechamento da empresa."*

O pleito foi indeferido, no julgamento de primeira instância, nos termos do acórdão DRJ/CPS nº 05-15.435, de 28/11/2006, proferida pelos membros da 1ª Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Campinas/SP, às fls. 83/85, cuja ementa dispõe, *verbis*:

*"Assunto: Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - Simples*

*Ano-calendário: 2000*

*Débito Inscrito em Dívida Ativa.*

*As pessoas jurídicas com débitos inscritos em Dívida Ativa da União, em nome próprio ou de seus sócios, cuja exigibilidade não esteja suspensa, estão vedadas de optar pelo Simples*

*"Solicitação Indeferida."*

Regularmente cientificado do Acórdão proferido, o Contribuinte, tempestivamente, protocolizou o Recurso Voluntário, no qual, basicamente, reproduz as razões de defesa constantes em sua peça impugnatória.

O processo foi distribuído a esta Conselheira, numerado até a fl. 116 (última), que trata do trâmite dos autos no âmbito deste Conselho.

É o relatório.

## Voto

Conselheira Mércia Helena Trajano D'Amorim, Relatora

O presente recurso é tempestivo e atende aos requisitos de admissibilidade, razão por que dele tomo conhecimento.

Trata o presente processo, de exclusão de empresa do Simples, tendo em vista a existência de débito inscrito junto a PGFN.

O contribuinte anexou diversos **Darfs relativos a pagamentos de parcelamento da PGFN e supõe que são suficientes para a sua reincidência.**

Tendo em vista que a empresa foi excluída em 01/11/00, cujo Ato não exprimia que pendências a empresa estava com seu débito inscrito, ficando dessa forma, impossível saber a que débito se refere, bem como fica difícil saber a vinculação dos DARF's ora apresentados com a pendência declarada.

Destarte, o art. 9º da Lei nº 9.317/96, à época, ao dispor sobre a exclusão do Simples, estabelece, *verbis*:

"Art. 9º Não poderá optar pelo SIMPLES, a pessoa jurídica:

(...)

XV - que tenha débito inscrito em Dívida Ativa da União ou do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, cuja exigibilidade não esteja suspensa;

(...)"

Bem como o art. 15º, § 3º da citada Lei que foi acrescida pelo art. 3º da Lei de nº 9.732/98, *verbis*:

Art.15.....

§ 3º A exclusão de ofício dar-se-á mediante ato declaratório da autoridade fiscal da Secretaria da Receita Federal que jurisdicione o contribuinte, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observada a legislação relativa ao processo tributário administrativo."(grifos não são do original)

A norma retrotranscrita determina, de forma inequívoca, que ficam excluídas da sistemática do Simples as empresas que tiverem débitos inscritos em Dívida Ativa da União ou do INSS, o que implica deverem os atos declaratórios de exclusão conter informações que indiquem com suficiência e clareza quais os débitos que motivaram a exclusão da empresa optante dessa sistemática simplificada de pagamento de tributos e contribuições.

O comunicado de exclusão do Simples formalizado através do Ato Declaratório nº 356.649 tem caráter abrangente, de forma a tão-somente discriminar como motivo de exclusão a existência de “Pendências da empresa e/ou Sócios junto a PGFN”. O referido ato não preenche as exigências previstas na legislação para a produção dos efeitos a que se propõe, tendo em vista que não indica os débitos existentes em nome da recorrente, que teriam sido objeto de inscrição na PGFN.

Assim sendo, entendo que o ato de exclusão objeto de lide não possui os elementos necessários para o fim a que se destina, sendo insuficiente a tão-só indicação de existência de “pendências” para a exclusão da empresa do Simples, o que implica, a caracterização da preterição do direito de defesa prevista no art. 59, inciso II, do Decreto nº 70.235/1972.

Tendo em vista que a lide só se instaura com a impugnação e esta só é possível pela informação que se extrai através do contraditório. No caso em foco, o contribuinte foi informado apenas que o mesmo tem “pendências” junto a PGFN.

Portanto, com a defesa nasce o contraditório que são princípios expressos no art.5º, inciso LV da Constituição Federal. Os corolários desses princípios são a garantia da prova e a garantia da motivação, válidos tanto para o processo judicial como para o administrativo.

Por todo o exposto e considerando a Súmula 3º CC nº 2 que dispõe é nulo o ato declaratório de exclusão do Simples que se limite a consignar a existência de pendências perante a Dívida Ativa da União ou do INSS, sem a indicação dos débitos inscritos cuja exigibilidade não esteja suspensa.

Destarte, voto por que seja anulado o presente processo *ab initio*.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 2008

  
MÉRCIA HELENA TRAJANO D'AMORIM - Relatora